



ESCATOLOGIA E MILENARISMO NA HISTÓRIA DA IGREJA CRISTÃ

Edson Pereira Lopes

Doutor em Ciências da Religião. Diretor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Docente do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião na mesma universidade.

E-mail: enttlopes@gmail.com

RESUMO

Um dos assuntos sempre presente nas discussões da religião refere-se à escatologia. O retorno a essa temática, nas mais diferentes épocas da história humana, deve-se a diversos fatores. O presente artigo, a partir do procedimento bibliográfico, tem como finalidade discutir a relevância dos estudos escatológicos e milenaristas nos mais diversos momentos da história eclesíastica e a atitude vivenciada pela Igreja quando escolhia uma ou outra corrente do milênio.

PALAVRAS-CHAVE

Teologia; Escatologia; Milenarismo; História; História da Igreja.

1. INTRODUÇÃO

Na leitura da carta de Paulo aos Efésios (6:10-12), podemos ler as seguintes palavras:

Finalmente, fortaleçam-se no Senhor e no seu forte poder. Vistam toda a armadura de Deus, para poderem ficar firmes contra as ciladas do Diabo, pois a nossa luta não é contra seres humanos, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais.

Observamos que, antes de concluir seus ensinamentos àquela Igreja, Paulo tem o objetivo de explicitar que os cristãos devem se fortalecer no poder e na força de Deus e vestir a armadura deixada por ele mesmo no enfrentamento das ciladas de satanás, considerando que a luta de todos os cristãos não é contra homens, mas contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais.

Hendriksen (1992, p. 336), em seu comentário da epístola aos Efésios, assinala: “A igreja tem um inimigo infernal empenhado em sua destruição”. Essas palavras corroboram o princípio de que, se ela é vista dessa maneira, isto é, em um campo permanente e sem trégua de batalha, significa que deve estar em guarda e disposta a lutar por Cristo.

Infere-se daí que a salvação¹, na concepção de Hendriksen (1992), é, de um lado, produto da graça soberana de Deus e, de outro, a recompensa prometida ao esforço humano. Assinalamos com isso que não há antinomia na relação entre graça divina e responsabilidade humana (PACKER, 1990), pois é de responsabilidade do homem vestir-se com as armaduras de Deus e, por isso, deve estar plenamente consciente de que foi Deus Trino quem as forjou e as deu ao seu povo, daí a afirmação de Hendriksen (1992, p. 336, grifo do autor): “Em sequer um momento é o homem capaz de usá-las com eficiência senão pelo *poder de Deus*”.

Sendo assim, fica claro que Paulo tem em mente conscientizar a Igreja de Cristo de que ela está no meio de uma batalha espiritual e em luta não contra homens frágeis, mas contra “hostes supramundana inumerável de espírito malignos: o diabo mesmo e todos os demônios sob seu controle [...]” (HENDRIKSEN, 1992, p. 336). Um pouco mais adiante, Hendriksen (1992, p. 340, grifo do autor) afirma: “O termo ‘regiões celestiais’ é uma referência ‘aos governantes mundiais destas trevas’ com quem os crentes devem *contender*”.

Com o mesmo pensamento, João Calvino (1998, p. 188-189, grifo do autor) assinala em seu comentário de Efésios:

O apóstolo põe diante dos efésios o perigo, expressando-lhes a natureza do inimigo, o que ele ilustra fazendo o uso de comparação: *não contra carne e sangue*. Sua intenção é fazer-nos ver que nossas dificuldades são maiores do que se tivéssemos que lutar contra os homens. Ali resistimos à força humana, espada contra espada, o homem contende com o homem, a força é

¹ Sobre a salvação pela graça, ver Lopes (2009).

rebatida pela força, e habilidade contra habilidade; mas, aqui, o caso é muitíssimo diferente, porquanto nossos inimigos são em tal proporção, que não há poder humano capaz de resistir.

Portanto, a discussão em torno da escatologia está relacionada com o pensamento cristão de que ele está nessa batalha e almeja a vinda de Cristo para que essa luta seja cessada. Assim, a Igreja deixará de ser *militante* para ser Igreja triunfante². Enquanto estiver na condição de Igreja militante³, em plena batalha, ela sofrerá grandes investidas de satanás, o que resultará em profundas lutas e angústias experimentadas em todos os tempos pelos mais diversos cristãos, das mais diferentes épocas. Daí lembrarmos que, em meio a esse cenário de batalha, a Igreja de Cristo deve se revestir das armas disponibilizadas por Deus e centrar suas convicções de que essas provações, lutas e angústias não são comparadas com a herança eterna que está por vir, conforme afirma o apóstolo Pedro (1:3-7), em sua primeira epístola:

Ele nos regenerou para uma esperança viva, por meio da ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança que jamais poderá perecer, macular-se ou perder o seu valor. Herança guardada nos céus para vocês que, mediante a fé, são protegidos pelo poder de Deus até chegar a salvação prestes a ser revelada no último tempo. Nisso vocês exultam ainda que agora, por um pouco de tempo, devam ser entristecidos por todo tipo de provação. Assim acontece para que fique comprovado que a fé que vocês têm, muito mais valiosa do que o ouro que perece, mesmo refinado pelo fogo, é genuína e resultará em louvor, glória e honra, quando Jesus Cristo for revelado.

Nas palavras de Pedro, percebemos que uma de suas preocupações era lembrar aos cristãos dispersos nas regiões do

² A *Segunda Confissão Helvética*, elaborada em 1562 por Heinrich Bullinger, publicada em 1566 por Frederico III da Palatina, adotada pelas igrejas reformadas da Suíça, França, Escócia, Hungria, Polônia, entre outras (1566), faz, no capítulo XVII, a distinção entre a Igreja militante e a triunfante. A militante é aquela que ainda milita na terra e luta contra a carne, o mundo, o Diabo (o príncipe deste mundo), o pecado e a morte. A triunfante exulta diante de Deus e venceu a carne, o mundo e o Diabo. Informações disponíveis em: <www.ccel.org/creeds/helvetic>. Acesso em: 15 abr. 2011.

³ Antes da *Segunda Confissão Helvética*, João Calvino (2009, p. 448), em *A instituição da religião cristã*, assinalou a expressão “Igreja militante” com referência às várias revoltas que afligiam a Igreja na Terra.

Ponto, da Galácia, da Capadócia e na província da Ásia e Bitínia, os quais viviam sob diversas provações, que a fé deles deveria estar firmada na herança guardada (ELLIOTT, 2011, p. 162-163) nos céus que eles haveriam de receber após o curto momento de sofrimento. Em função disso, com renovada esperança no que haveriam de usufruir na glória eterna, deveriam bendizer a Deus, mesmo naquela situação.

Infere-se daí que uma das formas para superarmos as angústias e os sofrimentos causados pela batalha em que está a Igreja militante é conhecer o que a aguarda no futuro. Vale lembrar as palavras de Pedro (1:6), em sua primeira epístola: “Nisso vocês exultem, ainda que agora, por um pouco de tempo, devam ser entristecidos por todo tipo de provação”.

Assim, quando estudamos os conteúdos da escatologia, não buscamos apenas conhecimento teórico ou pressupostos teológicos, mas consolo para nossas provações, e, com isso, há um fortalecimento de nossa fé que se manifesta em uma viva esperança, de maneira que a esperança é a “companheira inseparável” da fé (MOLTMANN, 2005, p. 35). Isso significa que ela não deve ser tratada como conjecturas ou hipóteses humanas, mas como uma temática que, antes de se preocupar com as questões que envolvem as principais variações milenistas, tais como o *pré-milenismo histórico*, *pré-milenismo dispensacionalista*, *pós-milenismo* e *amilenismo* (CLOUSE, 1985), tem como princípio oferecer consolo e esperança aos cristãos de todas as épocas.

Foi com esse pensamento que João Calvino (2009) delineou sua temática acerca da ressurreição final, e Jürgen Moltmann (2005, p. 30) escreveu sua *Teologia da esperança*, na qual discorre sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã:

Do começo ao fim, e não apenas no epílogo, o Cristianismo é escatologia, é esperança, olhar e andar para a frente e, por causa disso, também é revolucionar e transformar o presente. O escatológico não é um dos elementos da Cristandade, mas é o agente da fé cristã em si, a chave à qual tudo está ajustado [...]. Por isso, escatologia não pode realmente ser apenas uma parte da doutrina cristã. Antes, a perspectiva escatológica é característica de toda a proclamação cristã, de cada existência cristã e de toda a Igreja.

Está explícita a relevância deste estudo para a Igreja cristã não só em tempos de outrora, mas para os cristãos de todas as épocas. Cumpre-nos, portanto, adentrar na temática, crendo que ela nos fará exultar e bendizer a Deus, mesmo que tenhamos de passar por tribulações, haja vista estarmos na condição de Igreja militante na atual circunstância.

Após as palavras introdutórias, cumpre-nos buscar o conceito de escatologia e propiciar um panorama da doutrina em questão, com o objetivo de pensarmos quais das correntes do milênio, a saber, pré-milenismo histórico, pré-milenismo dispensacionalista, pós-milenismo e amilenismo, prevaleceram em determinados momentos da história e que importância elas tinham na maneira de atuar (*modus operandis*) da Igreja quando esta se inclinava para uma delas.

Dito isso, trabalhemos o conceito de “escatologia”.

2. CONCEITO DE “ESCATOLOGIA”

A palavra “escatologia” se fundamenta em textos das Escrituras, por exemplo:

- Isaías (2:2): “Nos últimos dias o momento do templo do SENHOR será estabelecido como o principal; será elevado acima das colinas, e todas as nações correrão para ele”.
- Miqueias (4:1): “Nos últimos dias o momento do templo do SENHOR será estabelecido como o principal [...]”.
- Primeira carta de Pedro (1:20): “[...] conhecido antes da criação do mundo, revelado nestes últimos tempos em favor de vocês”.
- Primeira carta de João (2:18): “Filhos, esta é a última hora e, assim como vocês ouviram que o anticristo está vindo, já agora muitos anticristos têm surgido”.

Destacamos que o termo utilizado para traduzir “últimos dias”, “últimos tempos” e “última hora” provém do grego *éschaton* e *éschata*, cuja tradução corresponde a “último” (BROWER, 2009, p. 726). Em junção com “logos” (CARRIKER, 2008, p. 359-362), traduzida por “palavra”, convencionalmente referimo-nos à

“escatologia” como a “doutrina das últimas coisas” (BRUCE, 1990, p. 34). Berkhof (1990) entende que a escatologia nos mostra que a história do mundo e da raça humana chegará à sua consumação

Villac, Manzatto e Passos (2009, p. 25) pontuam uma interessante diferença entre os termos *éschaton* e *éschata*: este se preocupa em perguntar pelas coisas últimas, enquanto aquele tem como finalidade a busca de um sentido último para todas as coisas. Percebemos que, se a *escatologia* estiver fundamentada na *éschata*, sua ênfase recairá nas discussões teóricas a respeito das últimas coisas que hão de ocorrer no mundo. Talvez por essa razão é que muitas vezes encontramos pouca preocupação na Igreja atual com o estudo da escatologia. Esse ensino parecer demonstrar apenas especulações sobre os fins dos tempos, a morte, a ressurreição, entre outros assuntos, sem nenhuma ligação com a vida prática do cristão.

Todavia, quando rememoramos que o ensino da escatologia provém ou deveria prover de *éschaton*, percebemos a relevância dessa doutrina para a vida prática dos fiéis, justamente porque a escatologia, entendida a partir de *éschaton*, não está preocupada, *a priori*, em fazer perguntas acerca das coisas últimas ou com coisas relativas somente ao futuro, mas sim em buscar um sentido último para todas as coisas.

Trata-se de uma preocupação que envolve a vida prática, isto é, agimos pensando no futuro, com a consciência de que devemos lutar por um mundo melhor, no qual o reino de Deus seja implantado, daí lermos na oração do Pai Nosso: “venha o teu Reino”, que, segundo Lloyd-Jones (1989), já está presente nos corações que se submetem a Cristo. Entretanto, chegará o dia em que o reinado de Jesus terá sido estabelecido sobre a face da terra. Trata-se da convicção escatológica que ora pelo sucesso do Evangelho em sua amplitude e poder e de uma oração que indica que estamos

esperando e apressando a vinda do dia de Deus [...]. Isso significa que deveríamos viver na antecipação do dia em que todo o pecado, a maldade, o erro e tudo quanto faz oposição a Deus finalmente será desarraigado. Significa que deveríamos sentir no coração anelo pelos dias quando nosso Senhor tiver de retornar ao mundo, quando então todos quantos se opõem a Ele serão lançados no lago do fogo, quando os reinos deste mundo tornar-se-ão o reino de nosso Deus e do Seu Cristo (LLOYD-JONES, 1989, p. 349).

Na prática, isso implica que o sentido dado ao futuro está relacionado ao sentido que damos ao presente. Em outras palavras,

os fins últimos direcionam, em última instância, os fins imediatos do dia a dia, assim como todos os meios que planejamos para que sejam realizados. Portanto, os valores que assumimos como absolutos condicionam nossas ações presentes, e os “grandes planos que desejamos realizar e as últimas esperanças escatológicas situam-se num plano transcendente que alimenta sem cessar a nossa rotina, as nossas criações e as nossas crises” (VILLAC; MANZATTO; PASSO, 2009, p. 43).

Com base nessa perspectiva, Moltmann (2005, p. 30) critica a Igreja, visto que, em sua concepção, toda a pregação e mensagem cristãs têm uma orientação escatológica, a qual é também essencial à existência cristã e à totalidade da Igreja, pois ela não pretende “iluminar a realidade que aí está, mas a realidade que virá. Não deseja produzir no espírito uma imagem da realidade atual, mas levar a realidade atual a transformar-se naquilo que está prometido e é esperado”. No mesmo contexto, vale ressaltar as palavras de Moltmann (2005, p. 30), ao tratar da escatologia como esperança:

Essa esperança torna a igreja cristã perpetuamente inquieta em meio às sociedades humanas, que querem se estabilizar como “cidade permanente”. Ela faz da comunidade cristã uma fonte de impulsos sempre novos para a realização do direito, da liberdade e da humanidade aqui mesmo, à luz do futuro predito e que virá [...] sempre que isto acontece, o cristianismo se encontra em sua verdade e é testemunha do futuro de Cristo.

Está claro, portanto, que a escatologia não deve apenas propiciar discussões teóricas acerca do futuro, mas também impulsionar a Igreja de Cristo a ser uma fonte cristã que não se preocupe somente com o futuro ou em conhecer a realidade do mundo, mas que seja capaz de transformar a sociedade naquilo que ela deve ser para a glória de Deus.

Isso posto, é bom lembrarmos aqui que é comum dividirmos o conteúdo a ser debatido nos estudos escatológicos da seguinte maneira:

- *Escatologia individual*⁴: cujo foco são os seres humanos. Os temas correlatos são: morte física, imortalidade da alma, estado intermediário e ressurreição do corpo (HOEKEMA, 1989, p. 8).

⁴ Também denominada “escatologia da pessoa” por Blank (2000).

- *Escatologia geral*⁵: engloba acontecimentos sobre o mundo, a história e a humanidade, que irromperiam no fim dos tempos. Entre esses acontecimentos, estão a segunda vinda de Cristo em glória, o juízo final e o estado final de todas as coisas (MOLTMANN, 2005, p. 29).

Compreendido o termo “escatologia”, damos prosseguimento ao nosso estudo, tendo em mente o panorama histórico dessa doutrina.

3. PANORAMA HISTÓRICO DA ESCATOLOGIA

No estudo da escatologia, nos primeiros anos da Igreja cristã e, logo a seguir, com os *primeiros pais da Igreja*⁶, percebemos uma ênfase na mensagem dos livros de Daniel e do Apocalipse de João. Esses dois livros formam a mensagem apocalíptica cristã que tem suas raízes na apocalíptica judaica, entre o período do Antigo Testamento e do Novo Testamento.⁷ É relevante rememorarmos essa questão, uma vez que os ouvintes aos quais Jesus pregava estavam influenciados pela mensagem apocalíptica e tinham a seguinte cosmovisão: “o mundo dentro de pouco tempo chegaria ao fim; a vinda do Messias significava que o fim começara e a sua ressurreição era o primeiro ato do cenário escatológico” (MEEKS, 2011, p. 349).

Na concepção de Clouse (1990, p. 520), o apóstolo João empregou no Apocalipse, composto num período de perseguição, a interpretação apocalíptica judaica para explicar a era cristã. Segundo ele, o Filho do Homem, em Daniel, foi apresentado como Cristo; as fórmulas numerológicas foram reafirmadas. O destaque a ser dado é que o emprego da *mensagem apocalíptica*, que ensinava a esperança viva da intervenção direta imediata de Deus para inverter a história e para vencer o mal com o bem, provavelmente trouxe profundo consolo àqueles cristãos que sofriam grandes perseguições pelo Império Romano.

⁵ Também denominada “escatologia da pessoa” por Blank (2001).

⁶ Essa expressão pode ser mais bem compreendida em Lopes (2010).

⁷ Sobre a mensagem apocalíptica cristã, ver Collins (2010).

A partir da influência da *mensagem apocalíptica* entre os primeiros cristãos, percebemos a evidência do pré-milenismo nos três primeiros séculos da era cristã. Talvez por causa dessa relação próxima à *mensagem apocalíptica*, desde o início histórico do cristianismo, é que, em muitos momentos da história eclesiástica, há uma mistura, difícil de separar os pressupostos do milênio, conforme ensinado pelos *pré-milenistas*, e os movimentos milenaristas fundamentos na mensagem apocalíptica. Devemos, entretanto, por prudência, pontuar que não se pode generalizar e afirmar que o pré-milenismo é sinônimo de *apocalípticismo*.

No estudo de Brustolin (2001, p. 38-39), é assinalado que os cristãos da Antiguidade se fundamentavam nas seguintes crenças acerca do milênio: a segunda vinda em glória e poder; a primeira ressurreição, apenas para os justos; o juízo universal; o reino messiânico de mil anos; a segunda ressurreição, ou geral, de todos os homens e mulheres; o juízo final e o prêmio ou sanção definitiva. Com base nisso, percebemos que a primeira ressurreição é concedida unicamente aos justos, os quais se assentarão com Cristo para participar do julgamento que se realizará. Em seguida, será inaugurado o reino de mil anos. Terminado o período de mil anos, satanás será derrotado para sempre. Observamos, com base nessa referência, que os primeiros cristãos se encaixam em uma concepção *pré-milenista*, o que podemos auferir das obras de Papias (60-130), Irineu de Lião (115-203), Justino Mártir (100-165), Tertuliano (160-220), entre outros pais da Igreja⁸.

Parece-nos que, no período antigo da Igreja cristã, a concepção literal de um reinado de Cristo por mil anos conduziu muitos cristãos a se pautarem em profecias que datavam da implantação do reino de Deus sobre a terra. Essas discussões chegaram ao extremo em fins do século II e início do III. Na Ásia Menor, Montano e suas profetisas, Priscila e Maximila, apregoaram a vinda iminente do Paráclito prometido por Jesus, em João 16 (EUSÉBIO DE CESA- RÉIA, 2005). Segundo elas, acabaria o mundo presente para ceder lugar ao reino de Deus. O pai da Igreja, Hipólito de Roma, registrou, no século III, que um bispo na Síria persuadiu muitos cristãos a irem para o deserto ao encontro de Cristo, com suas esposas e seus filhos, e vaguearam pelas montanhas e ao longo das estradas; pouco faltou para que os governos os mandassem prender como salteadores.

⁸ Sobre a expressão “pais da Igreja”, ver Hall (2007, p. 61-66).

Na região do Ponto, outro bispo, homem piedoso e humilde, mas demasiado confiante em suas visões, teve três sonhos e pôs-se a profetizar: “Sabeis, irmãos, que o juízo se realizará dentro de um ano, e, caso não aconteça o que vos digo, não deis mais fé às Escrituras, mas procedais como bem quiserdes”. Ora, nada do previsto se verificou; o bispo se viu confuso, os irmãos se escandalizaram, as virgens se casaram e os que haviam vendido seus campos foram obrigados a mendigar (BRUSTOLIN, 2001, p. 41).

Entretanto, é importante notar que, em função da hermenêutica alegórica⁹ das Escrituras por parte de Orígenes (185-253 d.C.), que ensinava a manifestação do reino dentro da alma do crente (OLSON, 2004, p. 491) mais do que no mundo, e com a “conversão” do imperador Constantino ao cristianismo, que deixa de ser perseguido e torna-se religião oficial do Império, é introduzida uma nova concepção do milênio: o amilenismo. Na visão de Santo Agostinho (354-430 d.C), o milênio referia-se à Igreja (onde Cristo reinava com seus santos) como reino de Deus e à era presente, antes do retorno de Jesus, como a “era da tribulação” descrita no Novo Testamento (OLSON, 2004, p. 488-507).

Agostinho considera a era atual como o milênio, o governo e reinado de mil anos de Cristo, durante o qual satanás é acorrentado, o anticristo aparece, e satanás é solto para uma temporada de tentação das nações (OLSON, 2004, p. 486). As declarações, portanto, no livro de Apocalipse não são literais, e a vitória na luta do bem contra o mal já havia se realizado, pois Deus triunfara mediante a cruz e ressurreição de Cristo. Inferimos daí que, na visão agostiniana, já vivemos, no momento atual, na era da tribulação, que teve início com a morte de Cristo e cessará quando este retornar em sua segunda vinda (OLSON, 2004, p. 486). Essa compreensão do milênio teve grande aceitação na Igreja e prevaleceu por quase todo o período da Idade Média (CLOUSE, 1990, p. 520).

É bom afirmar que, embora o amilenismo fosse a corrente oficial da Igreja, uma vez que a “vasta maioria de teólogos cristãos e líderes eclesiais, desde o pai da igreja Agostinho, foram amilenaristas” (OLSON, 2004, p. 507), o pré-milenismo continuava a ser sustentado por certos grupos de contracultura, associados geralmente a seus líderes carismáticos e às revoltas desencadeadas por diversas razões (CLOUSE, 1990, p. 520). No século X, com o início

⁹ Para aprofundamento da hermenêutica, ver Lopes (2004).

do novo milênio, a questão do fim tornou-se mais forte. Escritores e pregadores medievais chegaram a julgar que, no ano 1000, o anticristo seria desencadeado sobre o mundo e, em seguida, viria o juízo final.

Joaquim di Fiore (1130-1202) afirmou ter recebido uma iluminação que lhe permitiu compreender de maneira nova as Escrituras. Em sua concepção, havia três idades do mundo: a do Pai, a da revelação do Filho e a do Espírito Santo, caracterizadas por um entendimento mais profundo e espiritual das Escrituras. Seria essa a era definitiva guiada pelo Evangelho (BRUSTOLIN, 2001, p. 42).

Joaquim di Fiore afirmava que o reino de Deus na Terra, a era do Espírito Santo, começaria com a vitória de Cristo contra o anticristo, identificado por ele com Saladino, que acabara de invadir a Espanha no mesmo momento em que Jerusalém caía nas mãos dos árabes. É interessante notar que, nesse período, há, em Gênova, uma comemoração menor por causa da expulsão dos mouros daquela região da Europa do que pelo primeiro sinal do milênio ou o fim do tempo, aberto pela vitória de Castela (CHAUÍ, 2011).

A influência de Joaquim di Fiori pode ser vista em 1500, quando Don Cristobal Colón oferece aos reis católicos o relato de sua terceira viagem, em que assegura ter descoberto a localização do Paraíso Terrestre, graças às indicações dos autores antigos e do profeta Isaías, que, segundo interpretação do abade Joaquim, afirmara que da Espanha lhe seria elevado seu Santo Nome. Em uma carta aos reis, de 1501, e em uma carta de 1502, ao papa, Cristóvão Colombo reafirma a descoberta do Paraíso, sente-se instrumento das profecias do abade Joaquim e oferece os cálculos do tempo que resta até o Tempo do Fim: 155 anos (CHAUÍ, 2011).

Ressaltamos que jesuítas e franciscanos se consideravam as duas ordens monásticas profetizadas por Joaquim di Fiori e, por isso, escreveram, segundo eles, movidos pela certeza do fim da história e do tempo do fim como tempo do Espírito Santo, inteiramente revelado ao reino de Deus (CHAUÍ, 2011).

Fato é que a história eclesiástica sempre nos mostra o surgimento dos movimentos milenaristas no seio da Igreja cristã. Assim, nos séculos XIV e XV, em função da desordem crescente na Igreja, como a transferência dos papas para Avinhão e o grande cisma do Ocidente cristão, as discussões em torno do mundo voltaram à tona.

Uma prova de que isso ocorria foi a revolução dos hussitas taboritas, que, nesta obra, merece destaque por explicitar que seguir determinada corrente do milênio tem implicações para as atitudes e decisões do cotidiano.

Em meados do século XIV, uma dessas revoltas, talvez a mais importante dos conflitos do fim da Idade Média, ocorreu na Boêmia¹⁰, a partir do julgamento de John Huss. Com os preparativos para a morte de Huss, a Boêmia levantou-se, unânime, em revolta, primeiramente contra a traição do imperador e a injustiça do Concílio de Constança e extensivamente contra a Igreja e o Império, gerando, assim, talvez a primeira revolução nacional na história ocidental.

Após a morte de Huss, decretada pelo Concílio de Constança em 1415, 452 nobres de todas as partes da Boêmia e da Morávia se uniram em um congresso de emergência em resposta à condenação de Huss pelo Concílio. Eles recusaram reconhecer os decretos do Concílio de Constança e a obedecer ao novo papa, a menos que ele fosse um homem de qualidade moral e agisse de acordo com a vontade de Deus. Tais decisões passaram a ser tomadas na Universidade de Praga e estabeleceram a livre pregação em seus territórios.

Com a permissão do Concílio de Constança, Sigismund organizou um exército para invadir a Boêmia. Em 1419, o rei Wenceslau tentou restaurar o Concílio para que continuassem seus ofícios na Igreja e na universidade, deixando a população revoltosa fora da praça da cidade. Tal atitude conduziu os oponentes a atirar pedras, e estes, sob a liderança de João Zizka, invadiram a praça da cidade, pegaram o burgomestre e os membros do conselho e lançaram-nos pela janela, dando início à primeira “Defenestração” de Praga, que marcou o começo da guerra aberta.

Os hussitas, após a morte de Huss, dividiram-se em dois grupos: taboritas radicais e apocalípticos e utraquistas. Nos taboritas, observamos que o pré-milenismo não havia cessado; pelo contrário, estava mais vivo do que nunca. E assim se denominavam por causa da alusão ao Monte Tabor (Mateus 28:16-20). O Tabor foi o monte onde Bárak e Débora juntaram os anfitriões que aniquilaram Sísera, imortalizado em um

¹⁰ Para obter mais informações sobre os taboritas, ver Lopes (2007).

dos grandes poemas da Bíblia. Foi o Monte da Transfiguração de Cristo. Os taboritas acreditavam, ainda, ter sido o Monte das Oliveiras onde Cristo pregou o conhecido “sermão profético”, registrado em três evangelhos, e, por fim, ascendeu ao Céu. Para os taboritas, a referência ao Monte Tabor trazia consigo todo um simbolismo de vitória e de grandes realizações religiosas (LOPES, 2007, p. 38-39).

Sigismund, imperador austro-húngaro, que mantinha sob seu poder a Boêmia, obteve do papa João XXIII a declaração de cruzada contra os hussitas, desencadeada em cinco diferentes momentos históricos. Suas tropas seguiram até Praga, mas foram derrotadas pelos taboritas, comandados por João Zizka. Esse fato, ocorrido em 1420, chamou a atenção do papa e de Sigismund, os quais, em 1421, prepararam um exército de cem mil homens, que também foram derrotados. Zizka perdeu o único olho, com o qual enxergava, na batalha, mas continuou na luta, e novamente as forças do imperador foram derrotadas pelos taboritas (LOPES, 2007, p. 40).

O segredo do sucesso dos taboritas consistia em dois princípios. Um deles é que, com a Bíblia nas mãos, iniciaram uma revolução militar contra o estabelecimento da Igreja papal, vencendo pelo menos cinco cruzadas. O outro era sua cosmovisão milenarista. Eles tinham como proposta religiosa a vida cristã nos moldes da Igreja primitiva, época em que as pessoas vendiam seus bens e depositavam os valores aos pés dos apóstolos. Da mesma maneira, os taboritas vendiam suas propriedades e colocavam o dinheiro e suas joias, se possuísem, diante da comunidade, e a riqueza acumulada era distribuída igualmente para todos os cidadãos. Promoviam grandes ajuntamentos, onde a eucaristia se tornava um maciço ágape ou festa do amor presidida pelos líderes militares ou religiosos (LOPES, 2007).

Um manifesto datado de 1419 exortava os fiéis a fugir para os lugares santos, onde o senhor iria reaparecer, e exprimia-se assim:

Caríssimos irmãos em Deus! Sabei que se aproxima já o tempo do maior tormento. Ei-lo que chega: esta as portas, esse tempo anunciado por Cristo em seus evangelhos e por seus apóstolos em suas epístolas, pelos profetas e por são João no apocalipse. Nesse tempo, Deus, o Senhor ordena a seus eleitos pela voz de Isaías (cap. 51) fugir de entre os maus [...]. Mas para onde devem fugir os eleitos de Deus? Para as cidades fortificadas que

Deus suscitou no tempo do maior tormento, para que nelas seus eleitos se abriguem (DELUMEAU, 1997, p. 100).

De modo semelhante, Brezova (apud DELUMEAU, 1997, p. 103) demonstra a proposta milenarista dos taboritas, ao citar:

Nessa cristandade, enquanto durar a Igreja primitiva, restarão apenas cinco cidades corporais e materiais para onde os fiéis serão obrigados a fugir no tempo da vingança. Pois, fora dessas cinco cidades, não poderão alcançar a libertação e a salvação. [...] ninguém será mantido à parte dos golpes do Senhor, a não ser nas assembléias das montanhas e das grutas rochosas onde os fiéis estão agora reunidos. Quem ler ou ouvir pregar a palavra de Deus, lá onde é dito: “Então, vós que estais na terra dos judeus, fugi para as montanhas”, se não deixar as cidades, burgos e aldeias para ir às montanhas onde estão reunidos os irmãos fiéis, pecara mortalmente contra o mandamento de Cristo e será punido; perecerá juntamente com essas cidades, burgos e aldeias, a não ser nas assembléias das montanhas. Somente os fiéis reunidos nessas montanhas constituem o corpo junto ao qual se reúnem as águias; somente eles são os exércitos enviados por Deus através do mundo para causar esses flagelos, realizar essas vinganças sobre as nações, destruir e queimar suas cidades, burgos, aldeias, fortalezas e castelos. Eles deverão julgar toda língua que resistir a eles.

Havia a crença de que o anticristo reunia suas tropas no reino e no exterior para esmagar os leais servidores de Deus. Por essa razão, eram exortados os fiéis que deveriam abandonar seus cajados e pegar armas, pois não podiam esperar de braços cruzados, mas preparar o caminho para a volta de Jesus, lutando contra o anticristo e seus sequazes (LOPES, 2007, p. 42).

Um cântico milenarista (DELUMEAU, 1997, p. 103) convidava de maneira significativa à vigilância, já que o Senhor em breve desceria à Terra:

Vigia, chama sem descanso,
Tú que conheces a verdade,
Monta a guarda [...]. Toma o vinho, a água, o pão,
Pois se aproxima tua hora

E deles terás necessidade [...].
Anuncia o dia em que virá teu Senhor,
Anuncia seu grande poder.
Em breve ele descerá à terra
E te ordena que retornes a tua casa [...].
A verdade governará,
A mentira será vencida eternamente.
Homem, presta bem atenção,
Guarda isto na memória.

Alguns militantes taboritas chegaram a datar a segunda vinda de Cristo para o ano 1420; é o que podemos verificar na *Crônica hussita*, do universitário praguense Lourenço de Brezova:

[Por volta de 1419-20] alguns padres [...] taboritas anunciaram a nova vinda de Cristo. Por ocasião desse evento, diziam, todos os maus e os adversários da verdade deverão perecer e ser exterminados, e os bons serão conservados. Os referidos padres pregavam [...]. Suas prédicas amedrontavam o povo, conclamando todos e cada um que quisessem salvar-se da cólera de Deus todo-poderoso (que, na opinião deles, devia se manifestar em breve no mundo inteiro) a abandonar cidades, fortalezas, aldeia e burgos, tal como Lot abandonou Sodoma, e a buscar refúgio nas cinco cidades. Justificavam como parte da preparação para a vinda do Reino que era dever da fraternidade dos santos encharcar suas espadas com o sangue dos malfeitores, lavando as mãos, literalmente, com sangue (DELUMEAU, 1997, p. 100).

No texto de Brezova, os taboritas não deveriam ser piedosos com os pecadores, e os fiéis deveriam derramar o sangue dos adversários de Cristo:

O tempo da vingança não é mais aquele da graça e da piedade pedidas a Deus; e por isso nenhuma piedade deve ser mostrada aos maus e aos adversários de Deus. Nesse tempo presente de vingança, não se deve, em relação aos adversários da lei de Deus, imitar Cristo em sua doçura, sua magnitude e sua misericórdia, mas apenas em seu zelo, seu furor, sua crueldade e sua justa maneira de retribuir. Nesse tempo de vingança é maldito todo fiel que não quiser, ele próprio, com sua espada, derramar o sangue dos adversários da lei de Cristo. Cada fiel deve lavar

suas mãos no sangue dos inimigos de Cristo. Pois é bem-aventurado aquele que retribuía filha miserável do mesmo modo que ela própria nos retribuiu. Cada sacerdote de Cristo, nesse tempo da vingança, tem o direito e o dever de combater em pessoa pela lei comum, de ferir e matar todos os pecadores e de usar sua espada e outras armas e instrumentos de combate. Enquanto durar a Igreja militante, desde o tempo presente da vingança [que se situa] bem antes do dia do juízo final, todas as cidades, todas as aldeias, cidadelas, fortalezas e burgos e todas as casas devem ser destruídas e queimadas como Sodoma, porque nem o Senhor nem nenhum homem bom nelas entrarão (DELUMEAU, 1997, p. 102).

A partir desse tempo de vingança, a comuna e a cidade de Praga deveriam, como a Babilônia, ser destruídas e queimadas pelos fiéis. Todo senhor, pequeno nobre, burguês ou camponês que, admoestado pelos fiéis sobre o ponto dos quatro decretos, não aderisse a eles fisicamente e com sua presença seria, como Satã e o dragão, despedaçado e morto por eles. E eles confiscavam seus bens como os dois inimigos. Todos os bens temporais dos adversários da lei de Cristo deveriam ser tomados, destruídos e queimados. Todos os camponeses que eram forçados a pagar dívidas anuais aos adversários da lei de Cristo deveriam destruir esses adversários e reduzi-los a nada, além de arruinar seus bens como os dos inimigos (LOPES, 2007).

O princípio consistia na crença fundamentada na certeza de que, após a destruição dos “pecadores”, à semelhança de Sodoma e Gomorra (DELUMEAU, 1997, p. 127), Cristo apareceria no alto de uma montanha, possivelmente o Monte Tabor, e celebraria a vinda do Reino com um grande banquete messiânico para todos os crentes vitoriosos. Os eleitos ressuscitariam desde já em seu próprio corpo, bem antes da segunda ressurreição que será geral. Com eles, Cristo desceria do Céu e viveria corporalmente na Terra, aos olhos de todos. E nas montanhas corporais haveria um grande banquete e festim ao qual ele compareceria para ver os convivas e rejeitar o mal nas trevas exteriores. E ele exterminaria com fogo e pedras todos os que estiverem fora das montanhas, como o fez outrora no dilúvio com todos os que estavam fora da arca de Noé (DELUMEAU, 1997, p. 104).

Gonzalez (1986, p. 117), ao comentar o milenarismo dos taboritas, afirma:

Ao que parece estas doutrinas se baseavam no começo em um milenarismo exagerado. O fim estava às portas. Então Jesus Cristo castigaria os ímpios, e exaltaria os eleitos. Nos últimos dias, à espera do fim, era tarefa destes eleitos empunhar a espada e preparar o caminho do Senhor. Não havia motivo para ter misericórdia daqueles que de qualquer forma o Juiz Supremo iria condenar ao fogo eterno. Por isto todos os que agora se opunham à vontade de Deus deveriam ser destruídos pelas milícias cristãs. Quando chegasse a hora final Deus restauraria o paraíso. Acreditavam que no Reino todos os sacramentos e ritos seriam dispensados, substituídos pela presença real de Cristo e do Espírito Santo; todas as leis seriam abolidas; os eleitos jamais morreriam; e as mulheres iriam parir crianças sem dor.

Percebemos que a concepção milenarista, a expectativa da vinda de Cristo e a implantação da justiça e da paz na Terra por Cristo foram o incentivo e a motivação para as diversas vitórias que os “rebeldes boêmios” tiveram ao enfrentarem as cruzadas de Sigismund, apoiadas pelo papa e pelos hussitas-utraquistas alemães. Justo Gonzalez (1986, p. 117) atesta nossa interpretação quando afirma: “Outro fato significativo é que a expectativa escatológica levou os taboritas a tomar atitudes concretas, e contribuiu para seus repetidos triunfos sobre os invasores [utraquistas] alemães”.

Por conseguinte, os hussitas taboritas do século XV comprovam que o pré-milenismo apocalíptico permanecia vivo entre os cristãos, apesar de o pensamento agostiniano do amilenismo prevalecer oficialmente na Igreja. Ressaltamos ainda que a escolha desses movimentos por esta ou aquela corrente do milênio resultava em certas atitudes e práticas (CAMPOS, 1998). Não se tratava apenas de uma mera concepção teológica, mas de uma cosmovisão que buscava transformar a realidade a partir da expectativa da vinda de Cristo. Fato é que tais movimentos partiam de determinada realidade concreta que deveria ser transformada para que novamente resultasse em um novo sentido para a vida e para o mundo: “Escatologia não se reduz a um discurso sobre as coisas futuras e [...] como serão essas coisas [...] mas provoca as pessoas à responsabilidade, a

tomar atitudes diante de sua realidade” (VILLAC; MANZATTO; PASSOS, 2009, p. 12).

É importante mencionarmos isso porque frequentemente se diz que essa expectativa leva as pessoas ao conformismo ou que tais crenças são apenas compensações fantasiosas para as privações da vida real, quando, na verdade, a história nos relata diversos casos que provam o contrário. Na realidade, muita coisa depende do conteúdo concreto dessa expectativa e da maneira como ela se relaciona com o presente (GONZALEZ, 1986), isto é, ela não oferece fantasias de renovação, mas um quadro abrangente do que está errado e de como a vida deve ser novamente organizada. Quando essas ideias são bem-sucedidas, podem ocorrer modificações duradouras dos relacionamentos sociais e a criação de novas instituições (MEEKS, 2011). É com esse pensamento que Moltmann (2005) ressalta ser a compreensão dos estudos escatológicos uma eficaz fonte mobilizadora e revolucionária da história.

Na continuação de um panorama da história da escatologia, não pode ser esquecida a rebelião de Münster, em 1534. Jan Matthys (MATOS, 2011), um padeiro de Haarlem, na Holanda, assumiu o controle da comunidade, autodenominou-se Enoque¹¹ e iniciou um período de repressão que visava “purificar” a cidade. Com rebatismos forçados, confiscou propriedades e chegou até a execução de um ferreiro que era considerado seu próprio amigo. Todas as suas atitudes foram justificadas por ele como preparação do caminho para a segunda vinda de Cristo. Matthys declarou que Münster era a Nova Jerusalém e conclamou todos os cristãos fiéis a se reunirem naquela cidade. A luta foi grande para conter Matthys e seus seguidores, e, segundo Clouse (1990, p. 521), talvez esse episódio e a história mal compreendida do pré-milenismo por parte de muitos cristãos, como já mencionado, tenham levado os reformadores protestantes a reafirmar o amilenismo agostiniano (BRUSTOLIN, 2001, p. 43). Devemos ter em mente que cada uma das três tradições protestantes do século XVI

¹¹ A literatura referente a Enoque pode ser encontrada em 1 Enoque, texto considerado não apenas uma obra, mas uma grande coleção de escritos apocalípticos. A publicação do *Livro de Enoque*, no início do século XIX, foi um grande estímulo ao estudo moderno da literatura apocalíptica (COLLINS, 2010, p. 75-131).

(luterana, calvinista e anglicana) tinha o apoio do Estado, e, portanto, o amilenismo parecia ser a melhor escolha dentre as correntes do milênio.

Considerando ainda a questão da não aceitação ao pré-milenismo demonstrada pelos taboritas e por Mattys, não nos esqueçamos de que Martinho Lutero (1483-1546), por exemplo, jamais admitiu que um cristão pegasse em armas; antes, exortava a todos que vivessem em paz. Portanto, não se tratava apenas de uma acomodação política, como parece indicar Clouse (1990), mas também de uma convicção pessoal de que a Igreja já estava no milênio e enfrentava a Tribulação, que seria mais intensa quando estivesse próxima à segunda vinda de Cristo, que ele acreditava que seria durante sua própria vida ou logo depois de sua morte (OLSON, 2004). Vale ressaltar que os reformadores em geral, entre eles Lutero, assinalaram que o papado era o anticristo (OLSON, 2004).

No início da Reforma, a crença de que a Igreja já passava pela era da Tribulação (entendimento diretamente relacionado com o amilenismo) recebeu destaque. João Calvino, seguindo o pensamento de Agostinho, via o milênio como o cumprimento do governo e reino de Deus por intermédio da Igreja (OLSON, 2004). Ainda que haja uma discussão interessante, nem sempre conseguimos identificar o real posicionamento de Calvino acerca do milênio. Sabemos que Calvino (2009, p. 448) não era *pré-milenista*: “Mas pouco depois surgiram os *quiliastas*¹², que limitaram o reino de Cristo ao término de mil anos, mas este desvario é tão pueril que não merece e nem precisa de refutação”. É relevante observarmos que alguns teólogos enquadraram-no como *pós-milenista* (NORTH, 2011), e outros, como *amilenista* (CRAMPTON, 2011).

Compreendemos, com base em seu conceito de história, que Calvino tinha uma visão dinâmica da história, de que Deus age soberanamente para cumprir seus propósitos, dando-nos o entendimento de que, para ele, o reino divino “está progressivamente rolando adiante, esmagando os outros reinos mundanos, até que alcance seu estado último na glória” (CRAMPTON, 2011, p. 1). Assim, podemos afirmar que Calvino não concebia uma concepção *pré-milenista*, uma vez

¹² No grego, *quilioi* significa “mil”.

que não cria em um período de mil anos literais. Calvino (2009, p. 448) deixa explícito que o número mil de Apocalipse (20:4) “não trata da beatitude da Igreja, mas somente das várias revoltas que até então afligiam a Igreja militante na terra”. Calvino (2009, p. 449) faz uma severa crítica os *pré-milenistas*, quando afirma:

No mais, toda a Escritura clama a uma só voz que nem a felicidade dos eleitos, nem o suplício dos réprobos terão fim [...]. Os que assinam aos filhos de Deus mil anos para que usufruam da herança da vida futura, não se dão conta de quão grande afronta fazem a Cristo e a seu reino. Pois se não serão revestidos de imortalidade, segue-se que tampouco o próprio Cristo, em cuja glória hão de ser transformados, foi recebido na glória imortal. Se a bem-aventurança deles há de ter um fim qualquer, segue-se que o reino de Cristo, em cuja solidez aquela se apóia, é temporário. Finalmente, ou são ignorantíssimos de todas as coisas divinas, ou, com oblíqua malignidade, pretendem desfazer totalmente a graça de Deus e a virtude Cristo.

Entretanto, apesar das duras exortações de Calvino, encontramos, entre alguns calvinistas, o pré-milenismo. Entre os defensores desse pensamento, encontramos Johann Heinrich Alsted, que acreditava que o livro de Apocalipse não deveria ser interpretado de forma figurada ou alegórica, mas como um reino literal de Deus, a ser estabelecido na Terra antes do juízo final.

Alsted, teólogo calvinista, por acreditar em um reino literal de Deus a ser estabelecido na Terra antes do juízo final, centra sua atenção na reforma da sociedade e assim escreve sua obra *Triumphus Biblicus*, na qual considera a educação um meio que realiza, no mundo, a vontade de Deus, colocando-se, então, como um projeto de reforma da humanidade. Na obra *Encyclopedia omnium scientiarum*, Alsted delineia um modelo de ensino fundamentado em alguns pressupostos de natureza teórica: Deus é fundamento e princípio de todo o saber, ao passo que quem realiza o processo de ensino é o professor e os livros, sejam estes antigos ou modernos, excluídos obviamente os heréticos ou privados de orientação metódica. Cambi (1999, p. 282-283) comenta a organização escolar de Alsted da seguinte maneira:

No nível da organização escolar, da qual trata no *Systema mnemonicum*, ele distingue as escolas elementares, chamadas também vernáculas, das escolas superiores, divididas em *demicae* (necessária a todos) e *accademicae* (ou universidades). As escolas superiores, urbanas e não rurais, masculinas e não femininas, acolhem os meninos dos sete anos em diante e se articulam, depois de um ano de latim, em três classes de gramática e outras três classes de filosofia que preparam para os estudos universitários. Estes últimos estruturam-se em quatro biênios, que tendem para uma especialização cada vez maior, embora mantendo uma notável abertura cultural.

Alsted reúne, em alto grau, todas as qualidades de mestre, pesquisador e trata de assuntos pedagógicos, tendo como referência a teologia e filosofia para a organização escolar. Ele esteve empenhado em compendiar metodicamente todas as ciências em um livro denominado *Enyclopaedia*, por sinal, a primeira enciclopédia na acepção moderna do termo: composta de 35 livros distribuídos em sete volumes, compreendendo desde teologia, medicina e direito até disciplinas curiosas, como a tabacologia e a arte de filosofar em banquetes (LOPES, 2006).

Especificamente na questão do milênio, John Alsted escreveu sua obra *De mille annis Apocalypticis*, datada de 1627, na qual assinalava suas concepções pré-milenistas e predizia o advento do reinado milenar para 1694 (LOPES, 2006). No estudo do contexto dessa obra e do período em que vivia esse pastor calvinista, é compreensível identificar sua preferência por essa corrente do milênio em tempos de calamidade e guerra. Destacamos que Alsted estava no meio da Guerra dos Trinta Anos, e, por isso, o pré-milenismo era ressaltado. Prova disso são os escritos de João Amós Comenius, considerado o pai da pedagogia moderna, que viveu no século XVII¹³. Ele foi discípulo de John Alsted e, segundo Lopes (2006), em um determinado momento de sua vida, rendeu-se, contrariando suas próprias crenças moravianas, às profecias pré-milenistas de Kotter e Poniatowska, os quais profetizaram período de paz, riqueza e glória para a Morávia. Comenius acreditava que

¹³ Para aprofundamento do pensamento de João Amós Comenius, ver Lopes (2003, 2006).

Jesus Cristo voltaria novamente à Terra para consolar e salvar todas as pessoas, estabeleceria seu reinado por mil anos e acabaria com a injustiça, e a vitória final de Deus livraria todos do poder do mal (LEE, 1987).

As obras desses autores tiveram um impacto principal em alguns puritanos ingleses do século XVII, visto que enfrentaram uma intransigência governamental oposta às suas visões da Igreja e do Estado. Os extremistas, uma vez mais, contribuíram para fazer com que muitos relutassem em abraçar visões pré-milenistas.

“Durante a Revolução Puritana, seus escritos serviram para encorajar outros a esperarem o estabelecimento do reino milenar na Inglaterra” (CLOUSE, 1990, p. 521). Entretanto, com a queda de Oliver Cromwell e a restauração da monarquia da família Stuart, o pré-milenismo caiu em declínio. Assumiu seu lugar o pós-milenismo, ensinado principalmente por Jonathan Edwards (1703-1758), que enfatizava o papel da América do Norte em estabelecer na Terra as condições milenares.

Segundo Matos (2011), no contexto do Primeiro Grande Despertamento, do qual foi um dos principais personagens, Edwards anteviu uma era de contínuo avanço do Evangelho, até que, por volta do ano 2000, surgisse o milênio, um período de paz, notável conhecimento, santidade e prosperidade geral. Há de se compreender que se tratava de um período, isto é, entre os séculos XVII e XVIII, os quais foram influenciados pelo Iluminismo, encorajado por progresso e profundo otimismo, e isso parece ter atraído muitos protestantes a acreditar em um milênio que traria paz e prosperidade para a Igreja, sendo este implantado com os esforços da Igreja, auxiliado por Deus.

Pontua ainda Matos (2011) que a maior contribuição de Edwards foi o entendimento de que essa obra resultaria de uma combinação da atuação do Espírito Santo com o uso de meios como a pregação do Evangelho e o cultivo dos meios ordinários de graça. Para ele, essa visão pós-milenista era um incentivo necessário para sustentar os melhores esforços da Igreja, visto que, nessa proposta do milênio, encontramos uma visão otimista da história e do reino de Deus (OLSON, 2004). Seu discípulo Samuel Hopkins publicou, em 1793, um tratado sobre o milênio, no qual enfatizou o ativismo social e deixou explícito que a grande maioria dos seres humanos

converter-se-ia. Com pensamento semelhante, deparamos com o avivalista Charles G. Finney (1792-1875), que levou às últimas consequências os pressupostos de Edwards. Em sua concepção, o avivamento não era uma manifestação sobrenatural somente, mas resultava do uso apropriado de certas técnicas, as quais denominou novas medidas (MATOS, 2011).

O contínuo progresso da nação norte-americana e a ocorrência de mais um avivamento em 1858 intensificaram as esperanças pós-milenistas, que eram expressas nos termos mais triunfalistas possíveis. Mas, com a guerra givil (1861-1865) e os problemas gerados pela industrialização, o entusiasmo pós-milenista entrou em declínio. O cenário estava preparado para o retorno do pré-milenismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar que, na primeira metade do século XIX, diversos movimentos de natureza fortemente apocalíptica começaram a surgir. Exemplo disso foi o surgimento dos mórmons e seu profeta Joseph Smith, que esperava pelo fim antes de sua morte (BRUSTOLIN, 2001). Outro líder influente desse momento histórico foi Willian Miller, que concluiu que Cristo voltaria em 1843 ou 1844. Além desses, um grupo liderado por James White e Ellen G. White concluiu que Miller estava certo quanto à data, mas errado quanto ao local. No dia 22 de outubro de 1844, Cristo de fato purificou o santuário, segundo a profecia de Daniel (8:14), mas o santuário estava no Céu, e não na Terra. Cristo não apareceu na Terra em virtude da não observância do sábado por parte da Igreja, e assim surgiu a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que influenciou o surgimento das Testemunhas de Jeová, igreja fundada por Charles Russel, morto em 1916. Adepto também de cálculos para determinar a data do fim de todas as coisas, afirmou que sua geração não passaria sem ter visto o reino de Deus e profetizou o ano de 1874 para a vinda de Cristo (BRUSTOLIN, 2001).

Nesse contexto, o pré-milenismo torna-se popular novamente, entretanto, por causa do interesse redobrado pelo destino dos judeus, passa a ser denominado pré-milenismo

dispensacionalista, que se distinguia do pré-milenismo histórico, por dividir a história em diversas eras ou dispensações e entender que Deus tem dois planos completamente distintos atuando na história: um para os judeus e outro para a Igreja. Assim, a partir desse momento, temos o pré-milenismo histórico e o pré-milenismo dispensacionalista, distinção mantida até os dias atuais.

Um dos propagandistas do pré-milenismo dispensacionalista foi Edward Irving, ministro da Igreja da Escócia, que publicou várias obras sobre as profecias bíblicas. Sua exposição escatológica do milênio encontrou apoio entre os irmãos de Plymouth e levou muitas pessoas daquele grupo a se tornarem mestres entusiastas do pré-milenismo dispensacionalista. Um deles foi John Nelson Darby (1800-1882), que se tornou um dos principais expositores do dispensacionalismo e teve muitos seguidores, como C. I. Scofield, cuja versão bíblica (*Bíblia anotada*) contém anotações e explicações do ponto de vista dispensacionalista. Por fim, destacamos ainda que, além dos líderes já citados, encontramos o evangelista Dwight L. Moody, que também ensina as Escrituras sob o ponto de vista dispensacionalista.

No momento atual, deparamo-nos com a presença, na Igreja cristã, das quatro correntes do milênio: pré-milenismo histórico, pré-milenismo dispensacionalista, pós-milenismo e amilenismo. Em certos momentos, como vimos neste panorama histórico, algumas se destacam mais que outras.

ESCHATOLOGY AND MILENARISMO IN THE HISTORY OF THE CHRISTIAN CHURCH

ABSTRACT

One of the subjects always present in the quarrels of the religion mentions the eschatology to it. The return to this thematic one, at the most different times of history human being if must has diverse factors. The present article, from the bibliographical procedure, has as purpose to argue the relevance of the eschatological studies and millenarians at the most diverse moments of ecclesiastical history and the attitude lived deeply for the Church when chose one or other chain of the millenium.

KEYWORDS

Theology; Eschatology; Milenarismo; History; History of the Church.

REFERÊNCIAS

- BERKHOF, L. *Teologia sistemática*. São Paulo: LPC, 1990.
- BLANK, R. J. *Escatologia da pessoa: vida, morte e ressurreição (escatologia I)*. 8. ed. São Paulo: Paulus, 2000.
- _____. *Escatologia do mundo: o projeto cósmico de Deus (escatologia II)*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2001.
- BROWER, K. E. Escatologia. In: ALEXANDER, T. D.; ROSNER, B. S. *Novo dicionário de teologia bíblica*. São Paulo: Vida, 2009. p. 726-733.
- BRUCE, F. F. Escatologia. In: ELWELL, W. A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1990. v. II.
- BRUSTOLIN, L. A. *Quando Cristo vem...: a parusia na escatologia cristã*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2001.
- CALVINO, J. *Comentário à Sagrada Escritura: Efésios*. São Paulo: Paracletos, 1998.
- _____. *A instituição da religião cristã*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. t. 2.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CAMPOS, H. C. A posição escatológica como fator determinante do envolvimento político e social. *Fides Reformata*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 1998. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista>>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- CARRIKER, T. Escatologia. In: BORTOLLETO FILHO, F. et al. *Dicionário brasileiro de teologia*. São Paulo: Aste, 2008.

CHAUÍ, M. *O mito fundador do Brasil*. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_6>. Acesso em: 1º maio 2011.

CLOUSE, R. G. *Milênio: significado e interpretações*. Campinas: LPC, 1985.

_____. Conceitos do milênio. In: ELWELL, W. A. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1990. v. II.

COLLINS, J. J. *A imaginação apocalíptica: uma introdução à literatura apocalíptica judaica*. São Paulo: Paulus, 2010.

CRAMPTON, W. G. *Calvino sobre as últimas coisas*. Disponível em: <<http://www.monergismo.com>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

DELUMEAU, J. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ELLIOTT, J. H. *Um lar para quem não tem casa: interpretação sociológica da primeira carta de Pedro*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História eclesiástica*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.

GONZALEZ, J. L. *A era dos sonhos frustrados*. São Paulo: Vida Nova, 1986.

HALL, C. A. *Lendo as Escrituras com os pais da Igreja*. Viçosa: Ultimato, 2007.

HENDRIKSEN, W. *Comentário do Novo Testamento: exposição de Efésios*. São Paulo: CEP, 1992.

HOEKEMA, A. *A Bíblia e o futuro*. São Paulo: Cultura Cristã, 1989.

LEE, S. J. *The relationship of John Amos Comenius' theology to his educational ideas*. 1987. Thesis (Doctorate in Education)–Rutgers University, New Jersey, 1987.

LLOYD-JONES, M. *Estudos no sermão do monte*. São Paulo: Fiel, 1989.

LOPES, A. N. *A Bíblia e seus intérpretes: uma breve história da interpretação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

LOPES, E. P. *O conceito teológico-pedagógico na Didática Magna de Comenius*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

_____. *A inter-relação da teologia com a pedagogia no pensamento de Comenius*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

_____. O milenarismo dos taboritas na Boêmia do século XV e sua influência no pensamento de João Amós Comenius. *Ciências da Religião: História e Sociedade*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 32-58, jul./dez. 2007. Disponível em <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/cr/article/view/485/307>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. *Fundamentos da teologia da salvação*. São Paulo: Mundo Cristão, 2009.

_____. *Fundamentos da teologia da educação cristã*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

MATOS, A. S. *A expectativa do fim da história do cristianismo*. 2011. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/escatologia_reformada/expectativa>. Acesso em: 24 abr. 2011.

MEEKS, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2011.

MOLTMANN, J. *Teologia da esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã*. São Paulo: Herder, 2005.

NORTH, G. *A confissão milenarista de Calvino*. 2011. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/pos_milenismo/Calvino-posmilenismo_bahnsen>. Acesso em: 24 abr. 2011.

OLSON, R. *História das controvérsias na teologia cristã*. São Paulo: Vida, 2004.

PACKER, J. I. *Evangelização e soberania de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 1990.

VILLAC, S.; MANZATTO, A.; PASSOS J. D. *De esperança em esperança: escatologia*. São Paulo: Paulus, 2009.